

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELE CRISTINA BROCK

A ESCOLHA DA PROFISSÃO PARA ADOLESCENTES JÁ INSERIDOS NO
MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM
PROFISSIONAL DO CEMADE

CURITIBA
2011

DANIELE CRISTINA BROCK

A ESCOLHA DA PROFISSÃO PARA ADOLESCENTES JÁ INSERIDOS NO
MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM
PROFISSIONAL DO CEMADE

Trabalho apresentado como requisito parcial para a aprovação no Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho, pertencente ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Msc. Elaine Cristina Schmitt Ragnini.

CURITIBA
2011

AGRADECIMENTOS

“Agradecer o bem que recebemos é retribuir um pouco do bem que nos foi feito”. Por concordar com esta frase de Augusto Branco é que expresso aqui meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao meu esposo Alessandro, pelo bem que me fez ao incentivar meus estudos, ao questionar minhas ideias e, com bom humor, suportar minhas angústias. Agradeço às minhas colegas de trabalho, psicóloga Elianes Klein e assistente social Mirian Simioni, pelo bem que me fizeram ao compartilhar comigo suas experiências e seus livros. Agradeço aos adolescentes aprendizes do CEMADE, pelo bem que me fizeram ao me contarem suas histórias de vida e mobilizarem meu desejo de estudar e trabalhar. Agradeço à minha orientadora professora Elaine Schmitt Ragnini, pelo bem que me fez ao corrigir meus erros, esclarecer minhas dúvidas e apontar melhores caminhos e leituras.

Agradeço a Deus por caminhar comigo, permitindo a construção deste trabalho de monografia, mais uma realização da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os aspectos relacionados à escolha da profissão para adolescentes já inseridos no mundo do trabalho através do Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE. Trata-se de uma pesquisa qualitativa para a qual foram realizadas entrevistas com oito adolescentes. A análise dos dados se baseia nos estudos realizados no campo da orientação profissional de fundamentação psicanalítica. A pesquisa teórica engloba: (i) um breve histórico sobre as políticas de educação profissional no Brasil, em especial sobre a Lei da Aprendizagem Profissional; (ii) o posicionamento crítico da pesquisadora Acácia Kuenzer a respeito dos atuais programas de profissionalização no Brasil; (iii) um referencial para o entendimento dos fenômenos psicológicos próprios da adolescência; (iv) considerações sobre o que é trabalho na sociedade contemporânea; (v) articulações sobre adolescência e trabalho e (vi) os fatores internos e externos envolvidos no processo de escolha profissional do adolescente. A entidade escolhida para a pesquisa foi o CEMADE – Centro de Aprendizagem Profissional para Adolescentes “Maria Adelaide”, cujas características estão descritas no corpo deste trabalho. No conteúdo das entrevistas, observou-se a presença de aspectos comuns aos participantes e a partir daí foram elencadas categorias de análise. Para a escolha profissional, verificou-se a influência dos seguintes fatores: (i) as identificações com pais, professores e profissionais da empresa; (ii) o projeto de vida do adolescente; (iii) o fator econômico; (iv) o fator educacional e (v) o papel da aprendizagem profissional. Concluiu-se que diante da influência de inúmeros fatores, a maioria dos adolescentes não consegue escolher sua profissão de maneira livre. A busca, em primeiro lugar é pelo “bom emprego” e este, muitas vezes, está localizado na empresa onde os jovens já atuam como aprendizes. Mesmo não identificados com a área, estão identificados com os valores dos pais, dos professores e dos profissionais da empresa que reproduzem o discurso de uma sociedade preocupada com o consumo. Diante das dificuldades econômicas e educacionais, a forma mais fácil destes adolescentes realizarem seus projetos de vida é restringindo seu leque de opções. Daí a importância das políticas de educação profissional serem repensadas, para que garantam a inclusão do jovem no mundo do trabalho permitindo a sua autonomia. Da mesma forma, as entidades formadoras e as empresas contratantes precisam oferecer espaços de discussão sobre o mundo do trabalho e sobre as atividades profissionais, possibilitando aos adolescentes uma visão mais crítica do contexto em que vivem. A Psicologia do Trabalho tem a contribuir com esta discussão, pois entende que a qualidade de vida do trabalhador depende entre outras coisas, da satisfação do indivíduo com aquilo que faz.

Palavras-chave: Escolha Profissional. Adolescência. Aprendizagem Profissional



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
 DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO



Termo de Aprovação

Declaramos para fins de depósito legal que **Daniele Cristina Brock** apresentou a Monografia intitulada "**A Escolha da Profissão para Adolescentes já Inseridos no Mundo do Trabalho Através do Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE**" como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Paraná. A monografia foi avaliada e considerada **APROVADA** por banca constituída pelos professores do Curso.

Prof. Dra. Iara Picchioni Thielen
 Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho
 FUNPAR CNPJ 78.350.188/0001-95

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO – UFPR
 Praça Santos Andrade, 50 – 1º andar – sala 114
 E-mail: psicotrabalho@ufpr.br
 Telefone: 3310-2746

Especialização em Psicologia do Trabalho
 Universidade Federal do Paraná
 Departamento de Psicologia – SCHLA – PRPPG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
2. METODOLOGIA	09
2.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	09
2.1.1 Problema de Pesquisa	09
2.1.2 Objetivos	09
2.1.2.1 Objetivo Geral	09
2.1.2.2 Objetivos Específicos	09
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	09
2.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	10
2.4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS.....	10
2.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS	11
3. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NO BRASIL	12
3.1 BREVE HISTÓRICO	12
3.2 POLÍTICAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	18
4. TRABALHO	20
5. O ADOLESCENTE E O TRABALHO	23
6. ADOLESCÊNCIA	25
7. ESCOLHA DA PROFISSÃO	27
8. ASPECTOS PSICODINÂMICOS DA ESCOLHA PROFISSIONAL	31
9. ESTUDO DE CASO	35
9.1 O CEMADE – Centro de Aprendizagem Profissional para Adolescentes “Maria Adelaide	35
9.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	37
9.2.1 As Identificações: com a família, professores e profissionais da empresa	38
9.2.2 O Projeto de Vida do Adolescente	42
9.2.3 O Fator Econômico	44
9.2.4 O Fator Educacional.....	46
9.2.5 O Papel da Aprendizagem Profissional.....	47
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

O modo como o adolescente constrói sua identidade profissional e pelo qual se interessa por determinadas áreas para estudar e atuar é tema de diversos estudos da Psicologia, principalmente no campo da Orientação Profissional. Nota-se, no entanto, que antes mesmo de definida a área profissional que mais interessa, muitos adolescentes ingressam no mundo do trabalho através da Lei de Aprendizagem Profissional.

O caminho para a escolha profissional se faz de maneira muito particular para cada adolescente. Para alguns, o tempo do Ensino Médio ajudará a estruturar um projeto de vida, que geralmente consiste em entrar na faculdade e depois se inserir numa atividade laboral. Esta, no entanto, não é a realidade de muitos adolescentes brasileiros que começam a trabalhar antes mesmo de terminarem seus estudos. Embora carreguem consigo o desejo de cursar uma faculdade, estes adolescentes precisam auxiliar a família na complementação da renda e percebem que ficam em desvantagem na concorrência por vagas nas melhores universidades.

Como os adolescentes, já inseridos no mundo do trabalho, escolhem a profissão? Será que são livres para escolher? Quais os fatores envolvidos no processo de escolha? Valores familiares? Contexto social? Influências da mídia? Características psicodinâmicas da própria adolescência? Modo de produção imposto pelo capitalismo? Mecanismos conscientes ou inconscientes? Possibilidade de contratação na empresa? No que interfere a dificuldade econômica? Estes questionamentos surgiram da experiência com adolescentes encaminhados para o mercado de trabalho para desenvolverem a Aprendizagem Profissional, na área de serviços administrativos. Verifica-se que não são todos os adolescentes que têm interesse ou habilidades para a área administrativa, mas precisam trabalhar e então se submetem a esse tipo de trabalho.

O adolescente inserido na Aprendizagem Profissional deve realizar atividades práticas e teóricas. As práticas acontecem na empresa para a qual é encaminhado e as teóricas na entidade formadora, responsável por ministrar o curso profissionalizante, no caso desta pesquisa, o Centro de Aprendizagem Profissional para Adolescentes “Maria Adelaide” - CEMADE. Para Fonseca (2003, p. 19), o trabalho adolescente vinculado a programas de profissionalização em instituições

tem características próprias. Estas possuem sistemas simbólicos sancionados que estabelecem padrões de funcionamento, rituais, direitos e deveres. Ao inserir-se no sistema produtivo, o adolescente, ator e platéia da construção de sua identidade, é também inserido na organização, que com seus códigos, convenções, normas e regulamentos irá exercer profunda influência na percepção que tem de si próprio e da sociedade em que vive.

Os adolescentes, da mesma forma que os adultos, estão submetidos a um modelo econômico excludente e perverso que torna precária as relações de trabalho e emprego. A inclusão no mundo do trabalho formal traz consigo toda uma série de situações as quais o adolescente precisa administrar: necessidade de qualificação profissional, aspectos jurídicos reguladores das relações de trabalho, frequência e bom desempenho escolar, representação do trabalho, interferências na formação de sua identidade e as perspectivas socioprofissionais. (FONSECA, 2003)

Investigar, portanto, como se dá a escolha da profissão para adolescentes inseridos em um Programa de Aprendizagem Profissional é o objetivo desta pesquisa, motivada pelo meu trabalho no CEMADE como psicóloga. As atividades que realizo no Serviço de Psicologia consistem no acompanhamento em grupo e individual dos adolescentes aprendizes no que se refere às questões emocionais e comportamentais que podem trazer dificuldades para o seu desempenho no curso profissionalizante e/ou na empresa. Busca-se o desenvolvimento pessoal e profissional dos aprendizes e a realização de um projeto de vida após o término de seu contrato de Aprendizagem Profissional. Dessa forma, o entendimento de como a escolha profissional se dá é de fundamental importância para o planejamento e realização de atividades, oficinas, murais que possam auxiliá-los nesse processo.

Além de ser um tema de relevância para profissionais que atuam com adolescentes e com a orientação profissional, trata-se de um tema importante para as empresas que contratam aprendizes, para o governo – responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas de qualificação profissional, para a família – cuja função é determinante nas escolhas do adolescente e para as escolas – no intuito de questionarem seu papel na aprendizagem do adolescente. Finalmente, pode-se dizer que este estudo é de importância para a sociedade, pois as escolhas que os adolescentes fazem hoje, livres ou não, repercutem no profissional que serão futuramente e conseqüentemente no mundo e nas relações de trabalho que irão estabelecer.

2. METODOLOGIA

2.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

2.1.1 Problema de Pesquisa

Como se dá a escolha da profissão para adolescentes já inseridos no mundo do trabalho através do Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE?

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 Objetivo Geral

Evidenciar os aspectos relacionados à escolha da profissão para adolescentes já inseridos no mundo do trabalho.

2.1.2.2 Objetivos Específicos

- Realizar levantamento bibliográfico sobre o tema;
- Identificar fatores relacionados à escolha da profissão para os adolescentes pesquisados;
- Verificar se a inserção no mundo do trabalho influencia na escolha da profissão;
- Analisar e discutir os dados coletados com base nos estudos existentes;

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo compreende uma abordagem qualitativa. O método qualitativo se caracteriza por ser mais interpretativo e subjetivo, por buscar as nuances, os motivos e os meios de observação do fenômeno. Na pesquisa qualitativa utiliza-se a indução para o entendimento e explicação dos fenômenos. A teoria é desenvolvida ao longo do estudo e deve ser o resultado deste. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem maiores chances de realizar uma descoberta, pois o

tema de pesquisa é o responsável por fazer com que o trabalho tenha um caráter de comprovação ou de descoberta (CRESWELL, 1994 *apud* RUIZ, 2004).

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pelo estudo de caso. Conforme Yin (2010), o estudo de caso é um método de pesquisa usado para contribuir ao conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Define-se como a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente utilizada quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Segundo o autor, “as entrevistas são uma fonte essencial de evidência para o estudo de caso porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou eventos comportamentais” (YIN, 2010, p. 135).

2.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

Delimitou-se como universo a ser estudado, adolescentes inseridos no Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE, entidade qualificadora de aprendizes da cidade de Curitiba. A pesquisa empírica foi desenvolvida entre os meses de Setembro e Outubro de 2011.

2.4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de 8 (oito) entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro encontra-se em anexo, aplicadas aos adolescentes inseridos no Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE. Tais entrevistas foram gravadas e transcritas, mediante consentimento dos sujeitos de pesquisa, documentado por um termo de consentimento (ANEXO II) assinado pelos responsáveis. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos. A identidade dos adolescentes envolvidos na pesquisa foi mantida em sigilo.

2.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados coletados considerou-se mais adequada a utilização do método de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2000, p. 42), trata-se de um método que consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Pertencem à análise de conteúdo, técnicas que consistem na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo. Trata-se de um recurso útil para lidar com comunicações, que se pretende compreender para além dos seus significados.

3. A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NO BRASIL

3.1 BREVE HISTÓRICO

O período entre os séculos XI e XII foi identificado por vários historiadores como característico de uma verdadeira revolução comercial na Europa. Esta revolução teria tido seu ponto alto com as cruzadas, a intensificação do comércio e o desenvolvimento das cidades. Este contexto trouxe a necessidade de que os trabalhadores se associassem em grupos específicos a fim de organizarem o trabalho e como forma de se protegerem contra prejuízos, já que não havia qualquer amparo do poder institucional. Com o passar do tempo, surgiram em várias regiões da Europa e com diferentes nomes, as corporações de ofício, ou seja, associações de trabalhadores artesãos (MARTINS, 2008).

No Brasil, desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, os ofícios já estavam presentes. Os primeiros eram realizados pelos padres jesuítas e aos poucos foram sendo ensinados aos nativos na tentativa de formar trabalhadores aptos para os serviços essenciais (LEITE in MARTINS, 2008). As primeiras corporações de ofício surgiram em cidades da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Segundo Martins (2008) a mesma hierarquia dos ofícios, existente nas corporações européias, especialmente a portuguesa, foi adaptada para a organização dos ofícios no Brasil: ao longo do aprendizado do ofício os artesãos eram denominados “aprendizes”; o artesão que obtinha perfeita preparação técnica era denominado “oficial” e aqueles que conduziam e ensinavam os serviços eram chamados “mestres”.

O trabalho manual era considerado, no Brasil colônia, uma atividade indigna ao homem branco e livre. O preconceito contra as atividades físicas e manuais criou um dualismo na educação oportunizada aos filhos dos colonizadores e aos filhos dos escravos. Aos primeiros, era reservada a educação de caráter humanístico-intelectual, e aos demais, escravos, garotos de rua e delinquentes, restava o aprendizado do artesanato, da manufatura e das atividades da indústria (SALES, 2010). Desse modo, a educação escolarizada era voltada para um número reduzido de pessoas que pertenciam às camadas dominantes, enquanto a formação profissional de natureza prática era voltada aos indivíduos mais desfavorecidos social e economicamente. Segundo a mesma autora, o aprendizado dos ofícios não

era realizado no espaço escolar, mas nos engenhos, colégios e moradias de jesuítas, nas minas, nos arsenais da marinha e nas corporações.

A publicação da obra “*A Riqueza das Nações*” de Adam Smith, em 1776 e as mudanças políticas e filosóficas pela qual passava o Ocidente, ocasionaram polêmicas em relação à aprendizagem realizada nas corporações de ofício. Havia aqueles que apoiavam a extinção do aprendizado estatutário e aqueles que viam as corporações como utilidade social, destacando-se na formação dos trabalhadores. (ROTHSCHILD in MARTINS, 2008). Os debates sobre a extinção das corporações de ofício só tomaram força, no Brasil, após o processo de Independência, desencadeado em 1822.

Na Assembléia Constituinte de 1823 a polêmica em torno da proibição das corporações de ofícios girava em torno das restrições ao livre comércio e dos prejuízos causados à economia. Por outro lado, teve como astuto defensor José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, que se debruçou arduamente contra a extinção das corporações, defendendo sua importância social - principalmente para os filhos de famílias pobres - e a sua utilidade no processo de disciplinarização e de formação dos trabalhadores. Esses debates foram encerrados com a dissolução da Assembléia Constituinte e a outorga da Carta Magna pelo Imperador, em 1824, que ratificava a extinção das corporações de ofícios no Império. (MARTINS, 2008, p. 17-18)

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a formação da força de trabalho passou a acontecer nas Casas de Educandos Artífices. Essas instituições adotaram como modelo, a aprendizagem de ofícios em uso no âmbito militar, caracterizando-se pela hierarquia e pela disciplina. Para as elites do Brasil Imperial, a formação profissional seria a melhor forma de prevenir a contestação da ordem e mobilizar a força de trabalho (CUNHA in SALES, 2010).

Entre 1889 e 1930, período que corresponde a Primeira República no Brasil, dois Decretos marcaram a história da Educação Profissional.

Em 1891, foram estabelecidas providências para regularizar o trabalho e as condições dos menores empregados nas fábricas. O Decreto n. 1.313/1891 estabelecia a proibição do trabalho de crianças menores de 12 anos nas fábricas, salvo a título de aprendizado. Os menores de 12 a 14 anos podiam trabalhar até sete horas por dia e os de 14 e 15 anos até nove horas por dia. Era proibida a execução de qualquer operação que expusesse o menor ao contato com substâncias nocivas à saúde, tais como: carvão, fumo e petróleo (BRASIL, 1891).

Em 1909, através do Decreto n. 7.566, foram criadas as Escolas de Aprendiz e Artífices. Nestas, além do preparo técnico e intelectual, os menores eram ensinados a adquirir hábitos de trabalho, que os afastassem da ociosidade, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909). Segundo este mesmo Decreto, o público atendido nessas escolas deveria ter entre 10 e 13 anos, não sofrer de moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que impossibilitasse o aprendizado de ofício. Deveria haver em cada Escola de Aprendiz e Artífices cursos primários obrigatórios para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar, e cursos de desenho, obrigatórios para os alunos que carecessem dessa disciplina para o exercício do ofício. (BRASIL, 1909). Esse modelo de educação profissional foi adquirindo outros contornos ao longo do tempo até constituir o que hoje são as chamadas Escolas Técnicas do país.

De acordo com Sales (2010), em 1942, no contexto da ditadura de Getúlio Vargas, foi realizada a Reforma Capanema, que estruturou o ensino profissional, determinando que o acesso ao ensino superior dos egressos dos cursos técnicos industriais, agrícolas e comerciais deveria se restringir às carreiras diretamente ligadas àqueles. Desse modo, instituiu-se um sistema educacional dualista, que formava, por um lado, intelectuais (ensino secundário) e, por outro, trabalhadores (cursos profissionais), estabelecendo-se a denominada dualidade estrutural do ensino.

Ainda em 1942, o Decreto-Lei 5.091, trouxe em seu artigo 1.º, o conceito de aprendiz. Para efeitos da legislação de ensino, aprendiz era o trabalhador, menor de dezoito anos e maior de quatorze anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que se exerça o seu trabalho (BRASIL, 1942).

A Lei da Aprendizagem entrou em vigor, em 1943, quando houve a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. O artigo 429 da CLT tornou obrigatória para as indústrias tanto a contratação de aprendizes, entre quatorze e dezoito anos, quanto as suas matrículas em cursos de aprendizagem. (BRASIL, 1943). Posteriormente, a Lei da Aprendizagem voltou-se também para o setor comercial. O Decreto Lei n. 8.622/1946 determinou que os estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, com mais de nove empregados, seriam obrigados a empregar e matricular nos cursos de aprendizagem, um número de trabalhadores menores, para serem praticantes das funções que demandassem formação profissional (BRASIL, 1946).

Os Cursos de Aprendizagem eram oferecidos, nessa época, pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), criado em 1942, e pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), em 1946.

O SENAI foi criado para atender à necessidade de formar mão-de-obra para a indústria, setor econômico em expansão no país, no referido período histórico. O SENAC foi implantado com o objetivo de qualificar trabalhadores para atuarem em atividades comerciais. Ambos recebiam menores aprendizes, encaminhados pelas empresas contratantes, sendo a Aprendizagem suas primeiras modalidades formativas. Esse papel de capacitar aprendizes é até hoje a estas instituições e aos demais Serviços nacionais de Aprendizagem, surgidos posteriormente: SENAR, SENAT, SESCOOP. (SALES, 2010, p. 54)

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, os aprendizes passaram a ter algumas condições garantidas. O artigo 69 dispõe: O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos: I – respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, II – capacitação adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 1990).

O modelo de Aprendizagem Profissional, estabelecido desde 1943, foi reformulado com a Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. A atual Lei da Aprendizagem Profissional determina ser proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Na Aprendizagem Profissional, o trabalho não pode ser realizado em locais prejudiciais à formação do adolescente, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e em horários e locais que não permitam a frequência à escola (BRASIL, 2000).

O contrato de aprendizagem profissional, segundo a Lei, deve ser ajustado por escrito e por prazo determinado. Neste contrato, o empregador se compromete em assegurar ao adolescente formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O adolescente, por sua vez, se compromete a estar matriculado e frequentar a escola, bem como executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias à sua formação.

Conforme a Lei n. 10.097/2000, o contrato de Aprendizagem Profissional não pode ser estipulado por mais de dois anos. O adolescente contratado como aprendiz recebe, salvo em condição mais favorável, o salário mínimo hora e tem garantida a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

A formação técnico-profissional dada ao aprendiz se caracteriza por atividades práticas e teóricas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva.

A duração do trabalho do aprendiz é de, no máximo, seis horas diárias e não é permitida a prorrogação e a compensação da jornada.

A Lei da Aprendizagem, no seu artigo 429 determina que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.

Os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecendo vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, ocasionam a necessidade do Programa de Aprendizagem Profissional ser realizado por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, que podem ser: escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A competência destas entidades é avaliada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Elas devem contar com estrutura adequada ao desenvolvimento de cursos teóricos, de forma a manter qualidade no processo de ensino, acompanhamento e avaliação dos resultados. Os aprendizes que concluem os cursos teóricos, com bom aproveitamento, recebem, conforme a Lei determina, um certificado de qualificação profissional.

O contrato de Aprendizagem Profissional se extingue quando se completam os dois anos de sua vigência, quando o aprendiz completar 18 anos, ou ainda antecipadamente, caso ocorra: desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, falta disciplinar grave, ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo ou a pedido do aprendiz.

Em 2005, a Lei n 11.180/2005 estipulou a mudança na idade do público atendido pelos Programas de Aprendizagem, a fim de atender jovens de até 24 anos (BRASIL, 2005). Anteriormente, a faixa etária atendida era de 14 a 18 anos.

O Decreto n. 5.598 de 1º de dezembro de 2005 regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Determina que as Entidades Sem Fins Lucrativos - ESFLs, cujo propósito é o atendimento a adolescentes, devem ser registradas nos Conselhos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente. Estabelece ainda, que o Ministério do Trabalho, de acordo com o Ministério da Educação deve editar normas para a avaliação da competência de tais entidades.

Estas, de acordo com o Decreto, deverão contar com estrutura adequada para o desenvolvimento dos Programas de Aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados (BRASIL, 2005).

Verifica-se que a partir de 2000, a Aprendizagem Profissional foi tema de diversas legislações, as quais podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Principais Legislações relacionadas à Aprendizagem, a partir de 2000

Legislações	Ementa das Legislações
Lei n. 10.097/2000	Altera dispositivos da CLT
Instrução Normativa n. 26/2001	Baixa instruções para orientar a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos Programas de Aprendizagem
Resolução n. 74/2001	Dispõe sobre o registro e fiscalização das ESFLs que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional e dá outras providências.
Decreto n. 5.598/2005	Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.
Portaria n. 615/2007	Cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem
Portaria n. 983/2008	Institui o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional com o objetivo de promover o debate sobre a contratação de aprendizes.
Portaria n. 990/2008	Cria o Selo de Responsabilidade Social denominado "Parceiros da Aprendizagem", que pode ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuam em parceria com o MTE no desenvolvimento de ações que envolvam a formação e inserção de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mundo do trabalho.
Portaria 1003/2008	Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º da Portaria n. 615/2007
Instrução Normativa n. 75/2009	Disciplina a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos Programas de Aprendizagem.
Portaria n. 88/2009	Remete ao que são considerados locais e serviços perigosos ou insalubres, proibidos ao trabalho do menor de dezoito anos.
Projeto de Lei n. /2009	Dispõe sobre a Aprendizagem na Administração Pública direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Fonte: Sales, 2010, p.55

Com este breve histórico pode-se perceber, que desde sua origem nas corporações de ofícios até os dias de hoje, as políticas de educação profissional no Brasil foram passando por reformulações, sofrendo influências educacionais, econômicas, sociais e legais. A forma como a Aprendizagem Profissional, entre outros programas, se desenvolveu foi, e ainda é alvo da crítica de alguns estudiosos, que a entendem como meio de inclusão de adolescentes no mundo do trabalho, que no entanto, não os prepara para uma verdadeira autonomia.

3.2 POLÍTICAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As propostas de Educação Profissional elaboradas nos últimos governos, de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, estão explicitadas em dois principais documentos: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

O suporte jurídico para o PLANFOR veio através do Decreto n. 2.208/97, que além de fornecer os seus fundamentos, apresentou as concepções e normas sobre as quais se desenvolveu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), vinculado ao Ministério da Educação. Esse decreto “atendendo ao acordo realizado entre o MEC e o Banco Mundial teve como principal proposta a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, que a partir de então passaram a percorrer trajetórias separadas e não equivalentes” (KUENZER, 2006, p. 888).

A partir da avaliação do PLANFOR, o governo Lula apresentou em 2003, o Plano Nacional de Qualificação que em síntese propôs:

O reconhecimento da Educação Profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação política; exigência de integração entre educação básica e profissional, para o que a duração média dos cursos passe a ser estendida para 200 horas; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores; exigência de formulação e implementação de projetos pedagógicos pelas agências contratadas; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; a implantação de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos; a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas com relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento: transparência e controle no uso dos recursos públicos (PNQ, 2003/2007 in KUENZER, 2006, p. 890).

As políticas de Educação Profissional do PNQ foram operacionalizadas através da reformulação do PLANFOR, do desenvolvimento de programas vinculados à Educação Básica e do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE.

O PNPE articula várias ações que se desenvolvem por meio de duas linhas: qualificação social e profissional e inserção imediata no mercado de trabalho. Essas ações, embora estejam articuladas com a educação básica, não se vinculam ao Sistema Nacional de Educação. Assim, fica por conta do aluno comprovar sua matrícula e frequência na escola, não havendo vinculação explícita entre a escolarização e a formação oferecida pelo projeto no qual o adolescente encontra-se inserido (KUENZER, 2006). Nestes casos, diz a autora, os adolescentes matriculam-se em ofertas regulares ou supletivas para entrarem e manterem-se no projeto, abandonando a escola logo em seguida.

O Programa de Aprendizagem Profissional e outros projetos que se originaram do PNPE são gerenciados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Estes estão voltados ao público de faixa etária entre 16 e 24 anos, sem experiência prévia no mercado formal de trabalho, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, e que esteja cursando ou tenha terminado o ensino fundamental ou médio, com destaque para focos de discriminação social (KUENZER, 2006).

De acordo com pesquisa realizada por Kuenzer (2006) ocorre dificuldade de inclusão destes jovens no mundo do trabalho pela falta de aderência entre a qualificação profissional oferecida e as demandas regionais, além da baixa escolaridade e da pobreza. Os jovens não atendem aos requisitos exigidos pelas empresas, quer em termos de domínio das linguagens, de trabalho intelectual, ou até mesmo de aparência.

Na atualidade, existem vários projetos e programas de capacitação profissional envolvendo parcerias entre o setor público e privado, o que pressupõe o repasse de funções e recursos do Estado para a Sociedade Civil, sem que se possa contar muitas vezes com elementos que comprovem sua qualidade e efetividade social. As propostas de Educação Profissional nos últimos governos evidenciam que embora as mudanças no mundo do trabalho tenham exigido a ampliação da educação básica com qualidade, à qual se integre a formação profissional de natureza tecnológica, relacionando conhecimentos e competências cognitivas complexas, o que se vem oferecendo aos que vivem do trabalho é a reprodução do

conhecimento tácito, não passando de discurso a integração entre educação básica e profissional (KUENZER, 2006). Diante disso, Kuenzer formula sua crítica sobre as políticas de Educação Profissional:

os projetos contemplam um amálgama de qualificação social entendida como ação comunitária, aprendizagem de fragmentos do trabalho no espaço produtivo como conhecimento científico-tecnológico, domínio de algumas ferramentas da informática e das linguagens como capacidade de trabalho intelectual, discussão sobre algumas dimensões da cidadania como capacidade de intervenção social, levando a entender que o resultado deste conjunto se configura como educação para a inclusão social. Embora estes elementos sejam fundamentais para a educação dos que vivem do trabalho, a forma superficial e aligeirada, na maioria das vezes descolada da educação básica de qualidade, reveste as propostas de caráter formalista e demagógico, a reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas (KUENZER, 2006, p. 904).

Reforçando ainda mais esta ideia, a autora aponta que nos projetos atuais não há procedimentos pedagógicos que assegurem o desenvolvimento das competências que caracterizam o trabalho intelectual, que assegurem o exercício da crítica, da criação, da participação política, para que o jovem possa enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais excludente. Ao contrário disso, verifica-se a inclusão através de trabalhos precarizados, segundo o que a autora chama de inclusão subordinada (KUENZER, 2006).

4. TRABALHO

O materialismo dialético, referencial teórico construído por Marx, influenciou e ainda influencia as concepções de trabalho para muitos autores. Albornoz (1994), por exemplo, define trabalho como toda ação sobre a natureza com o objetivo de transformá-la de acordo com uma necessidade. Diferente do trabalho animal, resultado de atividades instintivas, o trabalho do homem é planejado, tem intencionalidade, liberdade e pode ser executado com a utilização de diversos instrumentos. “O trabalho tem um papel mediador entre o mundo subjetivo (do sujeito) e o mundo objetivo (real, concreto). Pelo trabalho o homem se apropria do mundo objetivo, transformando a si mesmo, ou seja, construindo-se ao mesmo tempo que transforma o real”. (SOARES-LUCCHIARI, 1993, p. 120).

Além de marcar a existência do homem e de permitir a sua sobrevivência, pode-se dizer que o trabalho é também uma via de identificação, pois insere o homem em um grupo, o iguala e o diferencia dos outros indivíduos. Através do trabalho, as pessoas significam algo umas para as outras (CODO, 1985).

Nas relações de trabalho presentes no modo de produção capitalista, tem-se a figura daquele que detém o poder econômico, os instrumentos, os meios de produção e, daquele que por não possuí-los, vende sua força de trabalho. Surge aí o processo de trabalho alienado, no qual o sujeito que vende sua força de trabalho torna-se um objeto, uma mercadoria (SOARES-LUCCHIARI, 1993).

Quando o homem produz um objeto pelo seu trabalho, imprime nele o seu jeito de ser. Transforma a realidade ao mesmo tempo em que é transformado por ela. Pode-se dizer que o homem é aquilo que ele faz. Quando, no entanto, o produto do seu trabalho passa para as mãos do dono da produção é como se a face do homem presente na natureza deixasse de existir (CODO, 1985). Retira-se do trabalhador o produto de seu trabalho e este já não cumpre mais o seu papel de mediador entre o mundo subjetivo e objetivo. O homem passa a não ser mais aquilo que ele produz. Ainda de acordo com o autor: “quando tomamos o trabalho na sua versão original, descolado abstratamente do sistema que o rege, encontramos o prazer. Quando retomamos o mesmo trabalho, inserido agora no modo de produção industrial, dentro da fábrica, encontramos a tortura (...)” (CODO, 1985, p. 21).

Além das relações sociais existentes no trabalho, há que se considerar os aspectos subjetivos inerentes ao homem e conseqüentemente às suas atividades laborais. A psicanálise, referencial teórico introduzido por Freud também trouxe contribuições para as concepções de trabalho. Em *Mal Estar na Civilização*, Freud trata do trabalho aliado à necessidade:

A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual - a mulher - e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada - seu filho. Eros e Ananke [Amor e Necessidade] se tornaram os pais também da civilização humana. (FREUD, 1930/2006, p. 106)

Nesta obra, Freud afirma que o desejo faz parte da constituição humana, e por isso está presente em todos os âmbitos de sua vida, inclusive no trabalho. Maas (2010) entende que além de ser uma maneira de suprir as necessidades impostas

pela realidade, o trabalho surge como amor e agressividade inibidos em sua finalidade, seja na relação com seus companheiros de trabalho, necessária para o alcance dos resultados das suas atividades, seja no próprio produto de seu trabalho, que se configura como um objeto no qual libido e agressividade são investidos. Para Freud (1930/2006), o trabalho configura-se como um modo do homem obter segurança por meio do vínculo comunitário e, nesse processo, há a possibilidade de investimento pulsional, quer seja narcísico, agressivo ou erótico. Surgindo como resultado do encontro do sujeito com o real, o trabalho se submete aos princípios de prazer e realidade, configurando-se como fonte de prazer e sofrimento.

O trabalho pode ser entendido como fonte de sofrimento quando o homem não consegue encontrar um sentido existencial para ele, quando as atividades que o sujeito realiza, ao invés de libertá-lo para exercer sua condição humana de sujeito criativo, que se projeta no futuro e num ideal, leva-o à condição próxima de um objeto, vendo-se totalmente determinado em suas possibilidades. (MAAS, 2010). De acordo com o autor, o trabalho pode ser entendido como fonte de prazer, quando está calcado em duas formas de destinação das pulsões: a sublimação e a ligação afetiva com seus companheiros de trabalho.

Bohoslavsky (1998), autor influenciado pela psicanálise inglesa, considera o trabalho como manifestação do instinto de vida, mas acredita que ele não serve para satisfazer apenas as necessidades biológicas das pessoas. Segundo ele, do ponto de vista psicológico, o trabalho pode ser analisado como um comportamento no qual estão implicados os seguintes aspectos: “*com o que*” se trabalha, ou seja, com que objetos e com que instrumentos; “*para que*” se trabalha, isto é, uma finalidade que se pode chamar de “impulso criador”, “impulso ao desenvolvimento”, “busca da felicidade”, etc; o trabalho supõe também um “*quem*” trabalha, e finalmente, supõe um “*quando*” e “*onde*” trabalha, que estão relacionados ao contexto social, ou seja, à instituição de trabalho e à instituição educacional que permite a inserção no mundo do trabalho (BOHOSLAVSKY, 1998).

5. O ADOLESCENTE E O TRABALHO

A imposição do trabalho aos jovens e a participação dos mesmos nas práticas produtivas de seus grupos sociais como contingência econômica, vem de longa data. Em seu livro “Adolescência e Trabalho”, Fonseca (2003) apresenta, em linhas gerais, as fases de organização do trabalho e a relação do adolescente com o mesmo. Segundo o autor pode-se identificar ao longo da história, os seguintes sistemas de trabalho:

1) *Sistema familiar*: neste, os membros de uma família produziam artigos para seu próprio consumo e não pretendiam a venda nem o suprimento de um mercado externo; 2) *Sistema de corporações*: neste sistema, os mestres artesãos eram auxiliados por dois ou três empregados e voltavam sua produção para o mercado. Eram donos da matéria-prima e das ferramentas que utilizavam. O que era vendido era o produto do trabalho e não o trabalho em si mesmo; 3) *Sistema doméstico*: o mercado em crescimento demandava maior produção. A diferença é que os mestres já não eram independentes, tinham a propriedade dos instrumentos de trabalho, mas dependiam da matéria-prima; 4) *Sistema fabril*: neste, a produção passa a ser realizada fora de casa, voltada para um mercado externo e crescente. Os trabalhadores não são mais independentes, pois não possuem mais a matéria-prima nem os instrumentos. A habilidade é substituída cada vez mais pela máquina.

Do sistema familiar ao sistema doméstico, o trabalho dos jovens e das crianças complementava o trabalho dos pais. A partir do sistema fabril, o trabalho infanto-juvenil passa ser a base do novo sistema. O trabalho realizado em casa estava sob a direção dos pais. Na fábrica, os horários e as condições de trabalho eram estabelecidos por um supervisor. Estavam criadas as condições para a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil (FONSECA, 2003).

O trabalho infanto-juvenil, de acordo com Amazarray e cols (2009), pode trazer impactos para o desenvolvimento quando as condições para a realização do mesmo se apresentam desfavoráveis. Quando se executa um trabalho em contexto adverso, as conseqüências podem ser negativas para a pessoa em desenvolvimento. Por outro lado, acrescentam os mesmos autores, o trabalho pode ter implicações positivas para os adolescentes quando possibilita aprendizagem e quando possui um significado.

Guimarães e Romanelli (2002) citam alguns autores e estudos que demonstram o que leva à inserção de adolescentes no mundo do trabalho. Segundo estes estudos, o trabalho de crianças e adolescentes é importante para ampliar os rendimentos dos pais e para assegurar a sobrevivência da família, bem como para impedir que os filhos fiquem ociosos, evitando seu envolvimento com o mundo da marginalidade, que pressupõe a possibilidade de consumo e de tráfico de drogas. Por outro lado, estes estudos também mostram que o trabalho pode propiciar o amadurecimento psicológico e intelectual dos adolescentes e atuar como forma de socialização, complementando a ação da escola. Além disso, a condição de produtor de rendimentos não resulta apenas da situação de pobreza, ou seja, a busca por emprego também está associada ao desejo de conquista de autonomia, de liberdade e também de consumo de bens que os pais não podem proporcionar.

Oliveira e Robazzi (2001) apontam que o trabalho precoce é resultado da pobreza, da necessidade de colaborar com os pais em atividades econômicas realizadas no domicílio, do desejo dos pais de que os filhos trabalhem, da necessidade do adolescente ganhar a vida por si mesmo, aliado à consideração de que é melhor trabalhar do que ficar ocioso. Em sua pesquisa, as autoras afirmam que o trabalho, para os adolescentes entrevistados é entendido como um rito de passagem para a vida adulta. O adolescente se percebe adulto e importante, pois já é capaz de produzir e ter autonomia financeira em relação aos seus pais. Chamam a este processo de adultização, pois o adolescente passa a assumir papéis sociais destinados ao adulto tornando-se muitas vezes o provedor da renda familiar. “Entretanto, essa situação de adultização não é acompanhada por um processo de amadurecimento psicológico, o que possivelmente trará prejuízos afetivos e intelectuais ao jovem” (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

No ambiente de trabalho, apesar de estar submetido ao controle que os superiores exercem sobre suas atividades laborais, o adolescente também tem a oportunidade de conviver com iguais, isto é, com pares, e aprende a ordenar suas formas de sociabilidade e suas representações, o que amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual. Com o trabalho remunerado, o adolescente conquista mais autonomia e, conseqüentemente, maior liberdade diante da autoridade dos pais ou responsáveis (GUIMARÃES; ROMANELLI, 2002).

O trabalho é visto pelos pais como uma forma de ocupação do tempo ocioso de seus filhos, que conseqüentemente os protege dos perigos da rua. A maioria das famílias pobres dos grandes centros urbanos mora em favelas ou em bairros de periferia urbana. Nestes locais a violência dos bandidos e da polícia, bem como a tentação representada pelos ganhos no tráfico de drogas, justificam a preocupação dos pais (ALVES; ALVES-MAZZOTI, 2002).

Lima e Minayo-Gomez (2003) afirmam que possuir bens atualiza valores próprios da sociedade capitalista, como: ter poder, ter mulheres, ter influência na comunidade e ter comando. Esta lógica está atrelada a visões, sentidos e práticas tais como: a dominação de poucos sobre muitos, da aquisição de bens materiais como sinal de auto-estima, do sucesso como promessa de um mundo melhor.

Sarriera e cols., (2001) constataram que, para jovens trabalhadores de classes populares, a inserção laboral representava a possibilidade de transformação de sua realidade social para uma perspectiva melhor de futuro. Contudo, esse estudo também identificou que, diante dos elevados índices de desemprego, o nível de sofrimento dos jovens aumenta e diminui a possibilidade de realizarem escolhas profissionais bem definidas.

6. ADOLESCÊNCIA

O século XVIII marca o aparecimento das primeiras tentativas de se definir a adolescência. Mas é somente no século XX que se vê nascer o adolescente moderno típico, exprimindo uma mistura de pureza provisória, força física, espontaneidade e alegria de viver, o que tornou o adolescente o herói do século XX. A partir de então, passou a haver interesse sobre o que o adolescente pensa, faz e sente. Definiu-se a puberdade e as mudanças psíquicas, para que se tivesse a imagem do adolescente atual (LEPRE, 2003).

Para a Organização Mundial de Saúde (1995), a adolescência corresponde à etapa do desenvolvimento humano, que vai dos 10 aos 19 anos de idade. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (2007) entende que a adolescência se dá dos 12 aos 18 anos. Trata-se de um período no qual ocorre uma série de mudanças biológicas, psicológicas e sociais.

Para Sherif e Sherif (1965) citados por Knobel (1981) a adolescência é caracterizada por ser um período de transição entre a puberdade e o estado adulto do desenvolvimento, podendo variar nas diferentes sociedades. A base do processo da adolescência está na necessidade do indivíduo abandonar sua autoimagem infantil e projetar-se no futuro de sua vida adulta.

Alguns autores enfatizam as transformações corporais e hormonais da adolescência, a chamada puberdade. Esta é caracterizada pelo estirão (crescimento rápido), surgimento de pêlos pubianos, mudança na voz dos meninos, aumento dos seios nas meninas, ebulições hormonais levando à explosão da sexualidade, etc. Outros autores frisam as transformações comportamentais, tais como uma suposta rebeldia, um certo isolamento, um apego exagerado ao grupo, adoção de novas formas de se vestir, falar e se relacionar, além de episódios de depressão, tristeza ou euforia. Tal metamorfose inclui idéias megalomaniacas: crença de que pode mudar o mundo e perda de algumas referências, como a de seu lugar no mundo (LEPRE, 2003).

Segundo Aberastury (1981), a adolescência é marcada pela realização de três lutos fundamentais: a) o luto pelo corpo infantil perdido: base biológica da adolescência, que se impõe ao indivíduo que sente suas mudanças como algo externo, como espectador impotente do que ocorre no seu próprio organismo; b) o luto pelo papel e identidade infantis: que obriga a uma renúncia da dependência e uma aceitação de responsabilidades que muitas vezes desconhece; c) o luto pelos pais da infância: os quais tenta reter na sua personalidade, procurando o refúgio e a proteção que eles significam. Knobel (1981, p. 26), por sua vez, define a adolescência como:

A etapa da vida durante a qual o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta, apoiando-se nas primeiras relações objeto-parentais internalizadas e verificando a realidade que o meio social lhe oferece, mediante o uso dos elementos biofísicos em desenvolvimento à sua disposição e que por sua vez tendem à estabilidade da personalidade num plano genital, o que só é possível quando consegue o luto pela identidade infantil.

Além dos efeitos psicológicos ocasionados pelas mudanças corporais, os adolescentes vivenciam sentimentos de hostilidade em relação aos adultos, tendem a criar um sistema de teorias para solucionar questões como o amor, a religião, a educação, o matrimônio, etc; procuram fugir do mundo exterior buscando refúgio nas

fantasias e oscilam entre momentos de dependência e independência. Para Aberastury (1981) é a qualidade do processo de amadurecimento e crescimento dos primeiros anos de vida, a estabilidade nos afetos, a soma de gratificações e frustrações e, a adaptação gradativa às exigências ambientais que vão marcar a intensidade e a gravidade dos conflitos para cada adolescente.

Erikson (1976) entende que no processo da adolescência ocorre o que ele chama de uma crise de identidade. Acredita que isso é possível porque é na adolescência que o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para poder atravessar esta crise. Ainda de acordo com o autor, uma das características dos adolescentes é a preocupação “com o que eles possam parecer aos olhos dos outros, em comparação com o que eles próprios julgam ser e, com a questão de como associar os papéis e aptidões cultivados anteriormente aos protótipos ideais do dia”. (ERIKSON, 1976, p. 129).

O adolescente constrói sua identidade e, de simples espectador, assume postura mais questionadora e ativa em relação aos diferentes contextos sociais de que participa. Erikson (1976, p. 129) corrobora com esta ideia quando diz:

O adolescente procura uma oportunidade de decidir, com livre assentimento, sobre um dos rumos acessíveis ou inevitáveis de dever e serviço; e ao mesmo tempo, tem um medo mortal de ser forçado a atividades que se sentisse exposto ao ridículo ou à dúvida sobre si próprio.

Partindo do referencial aqui exposto, a identidade adolescente deve ser considerada resultado de condições histórico-sociais, ao mesmo tempo, que dialeticamente, determinante destas mesmas condições. Sarriera e cols. (2001) apontam para a estreita relação entre desenvolvimento, identidade e escolha profissional, sendo esta escolha o reflexo de como o jovem lida com sua crise de identidade e analisa o contexto sociocultural em que está inserido.

7. ESCOLHA DA PROFISSÃO

Os seres humanos são dotados da capacidade de fazer escolhas. Existem motivações conscientes e inconscientes que levam uma pessoa a escolher um

caminho e uma posição na vida. Escolher um trabalho, uma profissão, é escolher a forma pela qual se quer participar do mundo e ser responsável também pelas escolhas dos outros (SOARES, 1988). De acordo com a autora, realizar uma escolha é decidir entre uma série de opções aquela que parece a melhor, portanto, implica deixar de lado aquilo que não foi escolhido e aceitar as consequências da decisão.

A escolha da profissão constitui um processo contínuo que vai da infância até a idade adulta. Psicólogos americanos compreendem o desenvolvimento da identidade ocupacional e o processo de escolha envolvendo três principais momentos: a fase da fantasia (4 aos 12 anos), a fase das tentativas (12 aos 17 anos) e fase da escolha realista (entre 17 e 21 anos). O adolescente baseia as escolhas, primeiro em suas capacidades e finalmente, nos seus valores. Neste período, o jovem começa a reconhecer os valores de sua família e meio social, assumindo-os e experimentando-os como seus. (SOARES, 1988)

Em seu livro “Orientação Vocacional: a estratégia clínica”, Rodolfo Bohoslavsky dá um enfoque psicodinâmico à escolha profissional, partindo de um diagnóstico inicial e desenvolvendo uma estratégia clínica de análise. Bohoslavsky (1998), define a adolescência como um período de crise, transição, adaptação e ajustamento. Para ele, uma das áreas em que esse ajustamento se realizará se refere ao estudo e ao trabalho, entendidos como meio e forma de ascender a papéis sociais adultos. Quando este ajustamento se realiza no plano psicológico, o sujeito alcançou sua identidade ocupacional. A ocupação não é algo definido a partir “de dentro”, nem “de fora”, mas a partir da sua interação (BOHOSLAVSKY, 1998). A identidade ocupacional, assim como a identidade pessoal, deve ser entendida, portanto, como a interação contínua entre fatores internos e externos e se desenvolve, a partir das relações com outras pessoas. O adolescente se preocupa com o que pode “chegar a ser” e busca a realização pessoal, a felicidade e a alegria de viver.

Na constituição da identidade ocupacional, alguns aspectos devem ser considerados. Segundo Bohoslavsky (1998) são eles: a) *a gênese do ideal do ego*: a criança vai se identificando de maneira consciente ou inconsciente com pessoas significativas para ela, ou seja, com as quais estabeleceu relações carregadas de afetos e, conseqüentemente com os papéis ocupacionais que elas desempenham. Sendo assim, as ocupações são consideradas em relação às pessoas que as

exercem; b) *identificações com o grupo familiar*: a família é o grupo de referência fundamental para a pessoa, quer opere de maneira positiva ou de maneira negativa. Além disso, “as satisfações ou insatisfações dos pais e de outros familiares significativos, em função dos seus respectivos ideais de ego e a vivência das mesmas, exercem um papel importante quanto às influências que, desde criança, recebe o adolescente em seu lar” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 33); c) *identificações com o grupo de pares*: os valores do grupo de pares são, muitas vezes, imperativos aos adolescentes, e diferente do grupo familiar, não são tomados como referência negativa; d) *identificações sexuais*: os padrões culturais quanto ao papel social do homem e da mulher vão se interiorizando ao longo do desenvolvimento da identidade ocupacional. Há ocupações mais ou menos “masculinas” ou “femininas” e esta valoração desempenha um papel importante como causas de gostos, interesses, atitudes e inclinações (BOHOSLAVSKY 1998).

Uma pessoa tem identidade ocupacional, ou melhor, adquiriu sua identidade ocupacional, quando integrou suas diferentes identificações e sabe o *que quer fazer, de que modo e em que contexto*. Portanto, a identidade ocupacional incluirá um *quando*, um *à maneira de quem*, um *com quem*, um *como* e um *onde*. (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 49)

A escolha da profissão se relaciona diretamente com “os outros” reais e imaginados. O adolescente “quer ser como tal pessoa, real ou imaginada, que tem tais e quais possibilidades e atributos e que supostamente os possui em virtude da posição ocupacional que exerce” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 28). O adolescente escolhe determinada carreira, ou faculdade, ou determinado trabalho por cristalizar relações interpessoais passadas, presentes e futuras.

Bohoslavsky (1998) aponta ainda para algumas dimensões existentes ao se realizar um processo de orientação vocacional. Para ele, há que se considerar o sistema de valores existentes em uma comunidade, o valor da educação e a relação com a instituição educacional, na posição social dos seus membros e o contexto social em que vive aquele que escolhe. Influida na orientação profissional a gratificação que a profissão pode oferecer. Segundo o mesmo autor, existem adolescentes que escolhem uma carreira como “trabalho” e, outros, como *hobby*. “São muito poucos os afortunados que podem obter as gratificações que depositam no *hobby* e no trabalho, integrados numa mesma tarefa. Numa sociedade alienada, isto é praticamente impossível” (BOHOSLAVSKY 1998, p. 27).

Existe, portanto, liberdade de escolha? Pode-se escolher o que quiser? Todos são livres de igual maneira para escolher?

De acordo com Soares (1987, p. 20) “o homem pode escolher dentro de um leque de opções que lhe é oferecido pelo sistema e delimitado pela sua classe social, e, finalmente, pelas influências familiares”. Para esta autora, a sociedade capitalista faz parecer que se pode tudo, que se faz tudo, desde que se queira. A ideia veiculada principalmente pelas mídias é de que o capitalismo oferece mil possibilidades de escolha, mas na realidade não é isto que ocorre. “As possibilidades de escolha estão totalmente determinadas pela condição de classe” (SOARES, 1987, p. 22).

Os fatores que determinam as escolhas profissionais, para Soares (1987, p. 25) podem ser divididos em:

1) *Fatores políticos*: dizem respeito à política governamental e suas decisões frente à educação, principalmente de Ensino Médio e Universitário;

2) *Fatores econômicos*: referem-se ao mercado de trabalho e todas as consequências do sistema capitalista, tais como: falta de oportunidades de trabalho, falta de planejamento econômico, baixo poder aquisitivo da população;

3) *Fatores sociais*: aqueles que revelam a divisão da sociedade em classes sociais e, à busca por melhores condições sociais através do estudo e a influência da sociedade na família.

4) *Fatores educacionais*: compreendem aqueles que estão relacionados ao sistema de ensino brasileiro, à questão do vestibular, da entrada numa Universidade;

5) *Fatores familiares*: a família é considerada como parte importante do processo de inculcação da ideologia vigente. A realização das expectativas familiares em detrimento dos interesses pessoais;

6) *Fatores psicológicos*: dizem respeito aos interesses, motivações e habilidades pessoais;

Respondendo ainda às questões feitas anteriormente, quanto à liberdade de escolha, Bohoslavsky (1975) citado por Soares (1987) afirma que os graus de liberdade possíveis para uma escolha aumentam quanto maior é o reconhecimento das suas determinações. Segundo o mesmo autor, as determinações existem em dois níveis: a estrutura do aparelho psíquico e a estrutura social, sobrepassando sobre elas a dialética dos desejos, as identificações e as demandas sociais.

Até aqui buscou-se um referencial para o entendimento de como se constrói a identidade ocupacional do adolescente, quais são os determinantes da escolha por uma profissão e se há ou não a possibilidade de ser livre para escolher. Para fundamentar este trabalho cabe ainda se aprofundar nos aspectos psicodinâmicos envolvidos no processo de escolha da profissão.

8. ASPECTOS PSICODINÂMICOS DA ESCOLHA PROFISSIONAL

Autores de abordagem psicanalítica têm estabelecido relações entre conceitos da Psicanálise e a escolha ocupacional. Os conceitos de identificação, mecanismos de defesa, sublimação e desenvolvimento psicosexual do indivíduo são utilizados para explicar as características de personalidade que influenciam a escolha ocupacional (LEVENFUS, 2004).

Freud (1905) utiliza a noção de sublimação para referir, de um ponto de vista econômico e dinâmico, alguns tipos de atividades alimentadas por um desejo que não visa, de forma manifesta, a um alvo sexual. Atividades como a criação artística, a investigação intelectual, entre outras, encontram seu elemento propulsor na força da pulsão sexual, embora sem qualquer relação aparente com a sexualidade (LEVENFUS, 2004, p. 65). A sublimação traduz-se como a conversão de impulsos libidinais em habilidades refinadas e criativas (Hinshelwood, 1992 in LEVENFUS, 2004).

Os impulsos desempenham papel considerável no comportamento vocacional, havendo uma continuidade entre as atividades instintivas da criança, que produzem gratificações, e as que o indivíduo buscará posteriormente nas profissões que vier a exercer. Com a socialização, o indivíduo aprende a satisfazer suas necessidades de maneira a contar com a aprovação do meio (Silva, 1992 in LEVENFUS, 2004).

No desenvolvimento psicosexual do indivíduo, é no período da adolescência que o Complexo de Édipo é recolocado em cena, assim como as identificações da primeira infância. Deste período de transformações o adolescente busca uma saída que lhe permita encontrar seu próprio lugar na sociedade. O adolescente cria seus projetos, idealiza um futuro e nem sempre encontra uma realidade acolhedora. Precisa confrontar sua vivência subjetiva com a realidade (LEVENFUS e cols. 2004).

Ainda segundo a autora, “o conceito de ideal de ego pode ser uma das dimensões psicológicas que permite a compreensão de como o jovem integra a influência dos pais na definição de seu futuro profissional”.

De que maneira os ideais e as identificações, no seio da família podem ajudar a compreender a escolha do adolescente?

Levenfus e cols. (2004) afirmam que a família distribui papéis os quais os filhos devem desempenhar. O filho torna-se depositário das aspirações que os pais não conseguiram realizar, responsável, por exemplo, por exercer uma profissão em seu lugar. Assim, o projeto profissional do adolescente vai estar submetido à influência exercida pela família, ao seu ideal de ego.

O ideal de ego se origina do narcisismo, que significa, para S. Freud, uma tendência a reencontrar a perfeição narcisista da infância, onde o amor de si mesmo e o sentimento de onipotência são primordiais. A criança é para si mesma, seu próprio ideal – a perfeição narcisista não podendo ser mantida, o narcisismo perdido é deslocado sobre o ideal de ego e projetado em frente dele. O homem seria assim, impulsionado para frente pelo desejo de encontrar o tempo onde ele era seu próprio ideal. Este desejo é o que leva os homens a construir projetos. (LEVENFUS e cols., 2004, p. 82)

Na adolescência se reatualiza a problemática do ideal de ego, pois nesse período do desenvolvimento o adolescente vai à procura de uma imagem satisfatória dele mesmo, capaz de lhe trazer uma tranquilidade narcísica. A imagem idealizada de si vai servir de referência para o adolescente como objetivo a alcançar para realizar seu desejo (LEVENFUS e cols, 2004). O projeto profissional do jovem estaria articulado a seus ideais. Certos jovens, no entanto, realizam escolhas sem ligação com seu projeto (ideal), pois nelas intervêm as exigências da realidade. “Muitas vezes os conflitos relacionais ainda não estão bem resolvidos, a imagem de si mesmo e de seus ideias ainda está mal-articulada, os desejos dos pais e as possibilidades escolares, mal-elaborados” (LEVENFUS e cols. 2004, p. 86). A autora aponta ainda para a influência da idealização da profissão no processo de escolha, já que o jovem tende a idealizar a profissão que quer seguir. Ele se imagina numa profissão perfeita, que vai responder a todas as suas aspirações e sobre a qual ele pode projetar seus sonhos. Tendo isto em vista, Levenfus e cols. (2004, p. 87) complementam dizendo: “a escolha madura só poderá ser realizada na medida em que ambos os aspectos (princípio do prazer e princípio da realidade) estejam integrados para o jovem”.

Wender citado por Bohoslavsky (1998, p. 50) postula: “as vocações expressam respostas do ego diante dos chamados interiores, chamados de objetos internos prejudicados, que pedem, reclamam, exigem, impõem, sugerem, etc., ser reparados pelo ego”. A escolha da profissão mostraria a escolha de um objeto interior a ser reparado. Influenciado pelas ideias da escola inglesa de psicanálise, Bohoslavsky sugere o conceito de “reparação” para o entendimento da construção da identidade ocupacional.

Para que o ego seja capaz de realizar o processo de reparação, precisa ser forte, ou seja, perceber a realidade e aceitá-la, assumindo comportamentos reparadores e restaurando o objeto interior bom, danificado na fantasia, que o protege de maus objetos interiores. Se o ego não suporta a ansiedade depressiva gerada pela perda do objeto bom, apelará a duas defesas: a dissociação e a negação. Dissocia a relação ente o ego e o objeto, como forma de anular a dependência deste e nega os limites da onipotência e autonomia do objeto. Quando ocorre alguma forma de negação da perda do objeto aparecem sentimentos tais como o desprezo, o controle e o triunfo. Se estes estiverem presentes nas tentativas reparatórias pode-se dizer que ocorreram pseudo-reparações ou reparações maníacas. Pode-se distinguir, portanto, duas qualidades básicas de reparação: uma reparação autêntica e uma reparação maníaca (BOHOSLAVSKY, 1998).

A carreira que se escolhe seria a depositária exterior do objeto interno que pede para ser reparado. “Para fazer-se o diagnóstico da identidade ocupacional é necessário ver o que o objeto interno está reclamando, uma vez que pode estar reclamando cuidado, atenção, reconstrução, etc., e este pedido pode ser feito de modos diferentes: como exigência, súplica, reclamação, etc.” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 55). O autor ainda complementa:

As modalidades de reparação assinalarão o tipo de vínculo com as carreiras e profissões e, considerados *com que* instrumentos se repara, em relação a qual objeto externo se realiza a reparação e *à maneira de quem* será executada a reparação, mostrar-nos-ão qual é a qualidade objetiva da carreira. (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 55)

Um adolescente, portanto, pode fantasiar e seguir carreiras bem diferentes, aparentemente incompatíveis, mas que, num plano profundo, representam para ele exatamente o mesmo. Não são compatíveis do ponto de vista da lógica formal, mas compatíveis do ponto de vista dos processos primários.

Realizar uma escolha de maneira madura depende da elaboração dos conflitos e não de sua negação (BOHOSLAVSKY, 1998). De acordo com este autor, esta escolha se baseia na possibilidade do adolescente identificar-se com seus próprios gostos, interesses e aspirações e saber localizar no mundo exterior, as profissões e ocupações. Numa escolha madura e ajustada, Levenfus (2004) complementa, o adolescente é capaz de fazer coincidir seus gostos e capacidades com as oportunidades exteriores, de fazer um balanço entre responsabilidade individual e responsabilidade social.

9. ESTUDO DE CASO

9.1 O CEMADE – Centro de Aprendizagem Profissional para Adolescentes “Maria Adelaide”

As informações sobre o CEMADE, entidade na qual foi realizada a presente pesquisa foram obtidas por meio do seu Projeto Político Pedagógico, do site e de conversas com a equipe multidisciplinar no local. Com isso, foi possível uma breve caracterização da entidade, da sua mantenedora e de seu funcionamento.

A Associação de Educação Familiar e Social do Paraná - AEFSPR está situada à Rua Bento Viana, 765, Bairro Água Verde, na cidade de Curitiba. Foi fundada pela Sociedade das Filhas do Coração de Maria em 14 de janeiro de 1952. Trata-se de uma Associação Civil de Direito Privado, de fins não econômicos, de caráter assistencial, cultural, educativo e profissionalizante. Tem como missão resgatar a vida e a dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo-as em todas as suas dimensões. Atualmente a AEFSPR, mantém três projetos: a Escola de Educação Especial Epheta para Pessoas com Deficiência Auditiva, o Centro Social Vila Guaira, para o atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social e o Centro de Aprendizagem Profissional para Adolescentes “Maria Adelaide” – CEMADE, que desenvolve o Programa de Aprendizagem Profissional.

A AEFSPR segue o Lema “Vida e Dignidade” da Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria. Tem como filosofia a defesa da vida e da dignidade das pessoas que ingressam nos seus projetos, que pela situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, se vêem impedidos de ter respeitados os seus direitos fundamentais.

O CEMADE atua de acordo com a Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005 que prevê a formação técnica profissional de adolescentes e jovens, preparando-os para o mundo do trabalho. Adequou-se às exigências legais, recebendo autorização dos Órgãos legais de Fiscalização: Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Superintendência Regional do Trabalho, para poder ministrar o Programa de Aprendizagem Profissional para Adolescentes.

A primeira turma de aprendizes foi no ano 2002. Desde então, o CEMADE, já atendeu aproximadamente 8.000 jovens, formando, acompanhando e avaliando o seu desempenho, bem como certificando os adolescentes aprendizes com os cursos que desenvolve.

A AEFSPR efetivou parcerias com instituições públicas como a Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, Fundação de Ação Social - FAS (Órgão Gestor da Assistência Social de Curitiba), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Procuradoria do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e com Empresas Públicas e Privadas. O objetivo de tais parcerias é o atendimento à demanda de encaminhamento de adolescentes para realização de sua Aprendizagem Prática. A Aprendizagem Teórica, por sua vez, é realizada no CEMADE, que hoje conta com aproximadamente 960 aprendizes matriculados em seus cursos.

O processo de inserção do adolescente no Programa de Aprendizagem do CEMADE acontece da seguinte forma: a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRASs) possui uma ficha para cadastro no Programa Adolescente Aprendiz. No CRAS, o adolescente interessado em ingressar no Programa deve preencher esta ficha cadastral, a próprio punho, e aguardar até ser chamado. Dentre os cadastros preenchidos, os profissionais dos CRASs analisam aqueles que estão dentro dos critérios legais do Programa e a cada bimestre selecionam um grupo de adolescentes.

Antes dos adolescentes serem encaminhados para a empresa, a FAS lhes oferece um curso preparatório. Este é realizado nas entidades formadoras conveniadas à FAS, sendo o CEMADE uma delas.

O curso preparatório tem duração de 50 dias e é chamado de Módulo Básico Inicial. Neste período o adolescente terá aulas de Português, Matemática, Informática, Legislação, Relacionamento Interpessoal, Planejamento Pessoal, Ética e Saúde Integral. Para o ingresso neste módulo, o adolescente e um responsável legal são chamados pelo CEMADE para a realização de uma entrevista socioeconômica e em seguida, são convocados para a chamada Reunião de Famílias. Nesta são dadas as orientações gerais sobre o funcionamento do Módulo Básico e informações sobre a entidade formadora no qual estão sendo inseridos.

Tendo concluído o Módulo Básico Inicial, o adolescente aguarda ser encaminhado para uma entrevista. O CEMADE possui cerca de 300 empresas parceiras. Quando estas abrem vagas para aprendizes, entram em contato com o

CEMADE que providencia o encaminhamento de adolescentes para a entrevista. Aquele que obtém êxito na entrevista é contratado pela empresa como aprendiz, de acordo com o que rege a Lei da Aprendizagem Profissional. Com isso, ele passa a realizar 20 horas de atividades práticas na empresa que o contratou e 4 horas de atividades teóricas no CEMADE.

A equipe multidisciplinar do CEMADE é composta por uma advogada, quatro assistentes sociais, duas pedagogas e duas psicólogas. Conta ainda com uma equipe administrativa que organiza e coordena os cursos, setor de informática e serviços de gerais. O Serviço Social realiza o acompanhamento do adolescente através de visitas às empresas e avaliações do seu desempenho tanto na aprendizagem prática quanto teórica, intervindo nos casos em que há necessidade. O Serviço de Psicologia acompanha o aprendiz no que se refere às questões emocionais e comportamentais que possam interferir no seu andamento. Propõe oficinas em grupo sobre temas da adolescência e mundo do trabalho e realiza atendimentos individuais. O Serviço de Pedagogia, por sua vez, acompanha os orientadores teóricos, os conteúdos ministrados pelos mesmos e a frequência escolar do adolescente.

Em 2011, a equipe multidisciplinar do CEMADE com o apoio de profissionais da área de informática elaborou um projeto de Educação à Distância com o objetivo de expandir seu atendimento aos adolescentes do interior do Paraná.

9.2 ANÁLISE DOS DADOS

A relação entre o referencial teórico apresentado e o resultado da pesquisa empírica realizada aponta para alguns fatores envolvidos na escolha profissional dos adolescentes inseridos no Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE. Dentre os fatores destacam-se: as identificações com a família, professores e profissionais da empresa, o projeto de vida do adolescente, o fator econômico, o fator educacional, e o papel da Aprendizagem Profissional.

Os sujeitos de pesquisa possuem em comum o fato de estarem cursando o 3º ano do Ensino Médio em colégios públicos da cidade de Curitiba. Todos estão inseridos no Programa de Aprendizagem Profissional na área de Serviços Administrativos, realizando a qualificação prática em empresas diversas e a

qualificação teórica no CEMADE. Foram entrevistados adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 16 e 18 anos. Os sujeitos de pesquisa nasceram em Curitiba e apenas um dos entrevistados, no interior do Paraná. Com exceção de uma adolescente, moradora da região metropolitana de Curitiba, os demais entrevistados residem na capital. Todos moram com a família, sendo esta constituída de variadas formas. Nota-se que a maioria dos adolescentes entrevistados não conta com a presença do pai biológico na família. Em alguns casos vivem com a mãe e o padrasto, outros, com a mãe e a avó materna, ou ainda, somente com a mãe.

Apresenta-se a seguir a análise dos fatores levantados na pesquisa a partir do discurso dos sujeitos, trazendo, no decorrer do texto, alguns trechos de fala dos adolescentes, com o intuito de ilustrar o tema analisado.

9.2.1 As Identificações: com a família, professores e profissionais da empresa

Para Freud (1921) a identificação se origina de três formas: “primeiramente, a identificação é a forma mais primitiva do laço afetivo com o objeto; segundo, por via regressiva, ela se torna o substituto de uma ligação objetual libidinal, de alguma maneira pela introjeção do objeto no ego; e, por fim, ela pode nascer cada vez que é percebida novamente certa semelhança com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais”. A partir deste entendimento foi possível analisar dados presentes na pesquisa e apontar o fenômeno psicológico da “identificação” como um dos fatores relacionados à escolha da profissão.

Sendo os pais os objetos dos primeiros laços afetivos estabelecidos com a criança, neles será projetado o Ideal de ego do filho. A criança se identifica com os pais idealizados. Na adolescência se reatualiza a problemática do Ideal de ego e, além de sofrer a influência dos ideais paternos, uma rede complexa de identificações entrarão em jogo no projeto profissional (LEVENFUS, 2004).

No conteúdo das entrevistas verifica-se que as famílias dos adolescentes transmitem a ideia dos estudos como garantia de algo melhor no futuro e de que “ser alguém na vida” está relacionado a ter estudado mais. Quando perguntado sobre o que a família fala sobre “estudos” aparecem as seguintes respostas:

“que a gente tem que estudar se não a gente não é nada” (D.S);
“falam prá mim estudar, fazer uma faculdade prá ser alguém na vida”
(T.E.N.O);
“Ouço que estudar é fundamental e que se eu não estudar não vou ser
ninguém” (J.A.L.O).

Além da importância atribuída aos estudos, as famílias dos adolescentes pesquisados falam do trabalho como algo que faz parte da vida e um meio pelo qual se pode obter independência, aprendizado e ajuda financeira. Dizem:

“todo mundo vai ter que fazer isso um dia” (A.S.P.C),
“trabalhar não mata ninguém” (J.A.L.O).
“falam prá mim trabalhar que é bom... eu tô começando agora a minha
carreira, posso comprar minhas coisas sozinho, posso ajudar eles também”
(T.E.N.O);
“bom pro meu futuro porque hoje em dia o mercado de trabalho exige muito”
(J.A.L.O).
“fala que eu tenho que trabalhar e estudar, se eu quiser crescer na vida, vai
ter que ser sempre assim”

A fala das famílias com relação a estudos e trabalho demonstra, portanto, os valores passados aos adolescentes. Notam-se nos dados das entrevistas que a maioria dos pais e responsáveis possui trabalhos informais, não por opção, mas por pouca escolaridade. Não satisfeitos com o que fazem da vida atualmente, os pais incentivam seus filhos a estudarem, associando isso a possibilidades de melhores trabalhos. Para Bohoslavsky (1998) o grupo familiar constitui o grupo de participação e de referência fundamental, cujos valores constituem bases significativas na orientação do adolescente. “As satisfações ou insatisfações dos pais e de outros familiares significativos, em função dos seus respectivos ideais de ego e a vivência das mesmas, exercem um papel importante quanto às influências que, desde criança, recebe o adolescente, em seu lar” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 33).

Dependendo da classe social a que o adolescente pertence, a família vê uma necessidade muito grande de buscar ascensão social através do filho e, em última instância, da profissão que ele venha a escolher (SOARES, 1987). O contexto familiar, segundo Soares (1987) pode levar uma pessoa a escolher um destino que

não se sente inclinado a viver, no entanto, a necessidade de sentir-se amado na família leva-o a agir desta maneira, muitas vezes, inconsciente.

A influência das famílias para os adolescentes pesquisados não se dá tanto na escolha por esta ou aquela profissão, mas no que diz respeito a necessidade de conquistar um bom emprego. A busca pelo “bom emprego” dito pelos pais pode influenciar a escolha do filho por uma área que, às vezes, não está de acordo com seus gostos e habilidades.

Os adolescentes entrevistados realizam a aprendizagem profissional na área de serviços administrativos. Muitos estão em empresas com possibilidade de efetivação e crescimento. Embora percebam ter interesse por outras áreas, a influência da família faz com que se mantenham na área administrativa, por entenderem que terão mais segurança de conseguir um bom emprego.

Na pesquisa, os adolescentes falam da relação com os professores do colégio. Fazem comparações entre os professores que marcam por serem bons e aqueles que marcam por serem ruins. O bom professor é aquele que sabe dar aula, é tranquilo, incentiva o aluno a fazer alguma coisa na área que ensina, seu jeito de avaliar é justo, não impõem autoridade, é amigo, ensina valores, etc. Os professores ruins são aqueles “de cara fechada”, que não explicam direito, não têm didática. Os dados coletados demonstram que, para alguns adolescentes, o interesse por determinada matéria escolar está relacionado com as características do professor, que por sua vez, pode influenciar a escolha da profissão. Os trechos são ilustrativos:

“... depende do professor, eu gosto da matéria, se ele ensina bem, se não ensina, eu não gosto... Física, matemática, biologia e português, eu gosto. Meu professor de ciências e matemática ensina bem, explica prá entrar na faculdade. A minha professora de biologia vai a noite, se a gente quiser, prá dar aula, sem estar no horário de serviço” (D.S)

“Gosto de matemática, me dou bem. Já pensei em trabalhar com engenharia civil. Minha professora de matemática, como explica bem, ela quis me ajudar a fazer um curso técnico em alguma coisa” (V.J.G.S)

“... o primeiro professor de Geografia que eu tive, na quinta série, fez eu gostar. Eu sempre fui apaixonada por estas coisas assim... daí quando ele começou a falar eu me interessei mais ainda. Ele falava de vulcão, da Terra, o solo, mapas... Eu queria fazer faculdade de Geologia” (A.S.P.C)

A identificação com o professor está relacionada às ligações afetivas estabelecidas com o mesmo. Suas características de personalidade podem remeter o adolescente às primeiras ligações objetais e ao que constituiu como ideal de ego. Ser como ele é, para obter o que ele possui. Neste caso, ser como tal professor, introjetar elementos da sua personalidade seria, de maneira inconsciente, a forma de conseguir, por exemplo, a admiração das pessoas.

Os adolescentes pesquisados convivem diariamente com profissionais de empresas e há que se considerar também a influência que estes adultos exercem como modelos sobre eles. Os entrevistados falam dos profissionais com quem trabalham com admiração. Encontram neles qualidades que correspondem aquelas que idealizam ter, consideram-os: dedicados, bem humorados, inteligentes, concentrados, competentes, ensinam bem, trabalham além do horário, tem iniciativa, gostam do que fazem, etc, o que fica evidente nas falas:

“São bem extrovertidos, simpáticos, me aceitaram muito bem. Eles sabem levar muito bem o trabalho deles. Não se estressam, não alteram o tom de voz por qualquer coisa” (L.S)

“Eles são bem legais, sempre tão conversando comigo prá ver se eu tô precisando de alguma coisa. Eu admiro muito eles. Foi até por isso que eu já escolhi o que eu vou fazer” (J.A.L.O)

“Eu gosto muito da minha chefe, ela é bem séria nas coisas que ela faz, não dá bola pro que os outros estão falando, bem concentrada no serviço dela” (D.S)

“A maioria é competente, ensina bem” (T.E.N.O)

“Eu tento ser como eles pra ficar ainda melhor”. (J.L.S)

Nota-se novamente o papel da identificação, que faz com que o adolescente queira ser como aquele que possui características consideradas importantes na busca pelo seu ideal de ego. A escolha da profissão se relaciona diretamente com os outros. O adolescente “quer ser como tal pessoa, real ou imaginada, que tem tais e quais possibilidades e atributos e que supostamente os possui em virtude da posição ocupacional que exerce” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 28).

Campos e Francischini (2003) descrevem que a experiência laboral dos adolescentes proporciona a internalização do sentido atribuído ao trabalho pelos adultos, no contexto cotidiano em que o jovem se insere, já que este faz uso

daqueles profissionais como referência. Os adolescentes entrevistados entendem o funcionamento da empresa e de seus funcionários como modelo ideal de trabalho. Evidencia-se, portanto, que a referência desses jovens é o modelo de trabalho protegido, referencial atípico frente às inúmeras referências de locais que exploram a mão de obra juvenil.

9.2.2 O Projeto de Vida do Adolescente

Entre os dados coletados na pesquisa encontram-se os projetos de vida dos adolescentes, nos quais se verifica, entre outras coisas, o que almejam em termos profissionais. Seus projetos incluem uma vida profissional bem sucedida, estabilidade financeira e a constituição de uma família. As falas exemplificam isso:

“Imagino trabalhando lá na empresa ainda, guardando dinheiro, fazendo uma faculdade, ou já ter terminado. Quero ter uma família”. (A.S.P.C)

“Quero tá formado na área de logística ou comércio exterior, mas desde pequeno eu tenho no pensamento montar a minha própria empresa, quero ser no caso, um empresário. Quero fazer a faculdade, botar a cara no mercado de trabalho, ver como que é, prá depois juntar um dinheiro e começar a montar minha própria empresa”. (T.E.N.O)

“Eu me imagino médica, bem reconhecida, com minha casa, com meu carro, com uma família formada”. (L.S)

“Penso estar na faculdade, fazendo um curso, estudando bastante (...) Eu pensei em ser advogada criminal, só que tem o fato de você defender um bandido”.(J.A.L.O)

“Eu me imagino alguém bem importante, com todas as minhas coisas. As vezes, até podendo ajudar as pessoas com o meu dinheiro, dando uma vida melhor até pra minha mãe, pro meu pai”. (D.S)

“Talvez na Inglaterra. Constituir uma família. Encontrar um emprego bom lá, nessa área e ficar por lá... não precisa ser uma vida de luxo, mas uma vida normal, tranqüila, que dê pra viver sossegado”. (J.L.S)

O projeto de futuro profissional do adolescente corresponde à expectativa consciente ou inconsciente que ele constrói de seu futuro. É elaborado com a influência do ambiente (família, pares, escola), pela realidade concreta e deve permitir a realização do desejo, ou seja, a manifestação do princípio do prazer

(LEVENFUS, 2004, p. 80). Além disso, a imagem que o adolescente idealiza de si, vai servir de referência, de objetivo a alcançar para realizar o seu desejo. A autora complementa:

“Estudar o projeto de futuro profissional dos adolescentes pode nos mostrar como os jovens encaram seu futuro como uma possibilidade de encontrar seu ideal de ego. A representação que ele constrói das diferentes profissões, assim como o processo de idealização podem constituir-se em manifestações do ideal de ego” (LEVENFUS, 2004, p. 87)

O discurso dos entrevistados corrobora com os dados da teoria. Nota-se nas falas: “ser bem reconhecida”, “ser alguém bem importante”, “uma vida normal, tranquila, que dê prá viver sossegado”, “ajudar as pessoas com o meu dinheiro”, que os adolescentes revelam seus ideais de ego, bem como os desejos que buscam realizar. As profissões que aparecem nas falas tais como: “médica”, “empresário” e “advogada criminal”, sabe-se serem profissões com certo status em nossa sociedade. Estes dados fazem pensar no que Levenfus (2004, p. 87) afirma: “na escolha da profissão, percebe-se que o jovem idealiza a profissão que ele quer seguir. Ele se imagina numa profissão perfeita, ideal, que vai responder a todas as suas aspirações e sobre a qual ele pode projetar seus sonhos”. Uma das adolescentes reflete como seria defender um bandido, sendo uma advogada criminal, indicando certo desconforto com o que a profissão exigiria dela, no entanto, parece idealizar o Direito. Em outra fala durante a entrevista ela diz:

“Eu pretendo fazer faculdade de Direito... eu acho incrível as pessoas decorarem aquelas leis... parece algo tão superior” (J.A.L.O).

Pode-se dizer, com isso, que a idealização é um dos fatores que influenciam o processo de escolha por uma profissão. Uma das consequências da idealização seria a dificuldade de perceber o mercado de trabalho com as suas reais exigências, incongruências e limitações. Os adolescentes pesquisados não parecem identificar as características macroeconômicas que regem o mercado laboral, assim como a realidade social do Brasil. O grau de escolarização e a qualificação permanente foram apontados como uma espécie de garantia de empregabilidade, fato já discutido por Oliveira e Robazzi (2001).

Continuar os estudos, trabalhar, ter um companheiro, etc, são escolhas que fazem parte da construção do projeto de vida do adolescente. É neste momento que vai se definindo uma identidade, identificada e ao mesmo tempo, diferenciada da dos pais e na qual intervêm as exigências da realidade (LEVENFUS, 2004).

9.2.3 O Fator Econômico

Nas entrevistas percebe-se a influência do fator econômico na escolha da profissão. Os adolescentes apontam para a necessidade de dinheiro para arcar com os custos dos estudos. A contratação como funcionário ou a vaga como estagiário na empresa, na qual o adolescente está como aprendiz, se torna a condição para ele pensar na faculdade e inclusive em qual profissão seguir. Notam-se esses aspectos nos seguintes trechos:

“eu vou continuar lá na empresa. Eles vão me efetivar, só não sei a área, mas vão...é a garantia de um emprego, porque é difícil... eu preciso ter emprego porque preciso ajudar em casa e mais tarde tentar fazer um curso”
(A.S.P.C)

“Bom, quando acabar meu contrato eu espero pelo menos já estar na faculdade. Eu não sei se o que os servidores falaram é verdade mesmo, tô botando uma fé no que eles falaram que confiam no meu desempenho e vão arranjar um trabalho pra mim e futuramente eles querem que eu faça um concurso pra trabalhar do lado deles. Primeiro eu queria fazer História da vida, na verdade é o que sempre quis fazer, mas eu vivo num antro de advogados e não é muito fácil você manter uma idéia no meio de advogados. A persuasão é algo que eles sabem usar muito bem. Eles dizem: “ah, você vai virar professor”...“mas ganha pouco...” Esse ano eu vou tentar Direito. Caso eu não consiga, faço História” (M.M.B)

“Igual, eu quero fazer faculdade, se eu não tiver trabalhando, não tem como”
(V.J.G.S)

A política econômica de um país interfere nas políticas educacionais que por sua vez, interferem nas possibilidades de ascensão ao ensino superior. De acordo com Soares (1987) cada vez mais, os estudantes precisam trabalhar durante o período que cursam a universidade para poderem se manter, isso porque seus pais

não tem condições de arcar com seus estudos. A autora aponta que o jovem acaba por assumir subempregos para ganhar o mínimo essencial para auxiliarem nas despesas. Isso traz um processo de ambivalência para o jovem: “de um lado o trabalho é importante, pois é a sua sobrevivência, de outro ele quer ter uma profissão, e esta não tem a menor relação com o seu trabalho” (SOARES, 1987, p. 29).

As relações de produção próprias do sistema capitalista levam a um processo de alienação da sociedade que vai refletir no adolescente. O discurso do exército de reserva, da dificuldade de colação do mercado de trabalho, gera insegurança nas pessoas que se submetem a certos empregos, restringindo sua possibilidade de escolha. Um dos adolescentes entrevistados exemplifica esse movimento. Ele diz:

“Como eu sei que vou ficar lá (se referindo à empresa onde está como aprendiz), aí eu quero fazer um curso para entrar na faculdade. Já falaram que eu vou ser efetivado e como eu vou ganhar mais ou menos bem, dá prá pagar um curso e ficar com um dinheiro prá mim ainda” e ainda complementa: “como eu tô trabalhando, acho que me envolvi mais com o trabalho, entendeu? Prefiro mais o dinheiro que estudar” (V.J.G.S)

Verifica-se no discurso desse adolescente que é melhor ganhar “mais ou menos bem” do que não ganhar nada e ainda, é melhor trabalhar do que estudar. A maioria das empresas procura efetivar perfis como este, que demonstram aceitação das condições que lhe são propostas. Oliveira e Robazzi (2001) ressaltam a necessidade, muitas vezes imposta pelas empresas, do adolescente trabalhador manter-se dócil, disposto para o trabalho, obediente e inserido em uma relação de dominação/subordinação, a qual permite que o modelo social vigente se perpetue. A sujeição às leis do mercado de trabalho se dá para garantir a possibilidade de compra imposta pelo capitalismo. A necessidade do consumo vai sendo internalizada pelos adolescentes, que vão em busca de dinheiro, independente de que maneira seja. A valorização do ter em detrimento do ser vai, portanto, influenciar a escolha profissional. Muitos adolescentes escolhem determinadas áreas pelo retorno financeiro e não pelo que realmente gostariam de exercer.

9.2.4 O Fator Educacional

A relação dos adolescentes pesquisados com o colégio, de um modo geral demonstrou-se boa. Dos 8 entrevistados, apenas três tiveram reprovações e estas aconteceram antes do ingresso no programa de aprendizagem profissional. Os adolescentes falam da dificuldade em conciliar aprendizagem profissional e colégio em virtude do tempo e do cansaço para fazer os trabalhos. Os dias em que precisam ir para o curso profissionalizante são ainda mais difíceis, pois precisam ir para o colégio e para o trabalho também. Como os entrevistados estão no terceiro ano do ensino médio, colocam em questão os estudos para o vestibular. Sobre conciliar estudo e trabalho, dizem:

“É difícil, porque agora não é só aprendizagem profissional e colégio, tem o estudo pro vestibular também” (M.M.B)

“Não tá sendo tão difícil agora, mas já foi mais difícil. Não dava prá estudar direito, não era bem aproveitado... parecia que ficava tudo pela metade... na escola, pensando no trabalho... no trabalho, pensando naquela prova que ia ter no colégio” (A.S.P.C)

“É um pouco difícil. A gente fica sem tempo... eu venho para o CEMADE na segunda e quarta-feira, tenho que fazer lição só na terça e quinta-feira e sacrificar o final de semana, daí não pode nem sair.”(T.E.N.O)

“É difícil porque, às vezes tem trabalho. Aí tem que fazer o trabalho na hora que chega do serviço e, às vezes, não dá tempo. Aí você vai mal no colégio. Se for mal no colégio, você não trabalha... é difícil” (D.S)

“É difícil... à noite a gente quer descansar, assistir TV, essas coisas... agora no terceiro ano é mais difícil ainda, porque tem que estudar mais, ir bem no colégio, você tem que trabalhar e é muita coisa...” (J.A.L.O)

As falas revelam que os adolescentes sentem-se sobrecarregados e que é difícil conciliar estudos e trabalho. O tempo e a disposição que possuem para os seus estudos não são os mesmos daqueles que só se dedicam a estudar. Além disso, os adolescentes pesquisados são todos alunos de colégios públicos e em algumas de suas falas apresentam descontentamento com a qualidade do ensino, o que exige deles um esforço redobrado para conseguirem concorrer. Como apontam os estudos de Oliveira e cols. (2001), a escola pública apareceu como local de importantes processos de formação, mas também como fonte de problemas e

limitações, como instrumento insuficiente para a consecução dos ideais hegemônicos de sucesso.

Quanto à continuidade dos estudos após concluírem o Ensino Médio, os adolescentes apresentam-se divididos: uns falam em fazer curso técnico, uns em entrar direto na faculdade e outros em fazer um cursinho pré-vestibular, como demonstram os discursos:

“Quero fazer Comércio Exterior mesmo”. (J.L.S)

“Eu vou fazer um cursinho, porque esse ano eu não me inscrevi... só me inscrevi pro ENEM. Porque eu achei que não teria condições de passar numa faculdade, porque eu não estava estudando. No colégio eu ganhei uma bolsa de cursinho e eu vou fazer o ano que vem”. (D.S)

“Eu vou ver se consigo entrar numa faculdade logo ano que vem. Vou fazer ENEM e prestar vestibular esse ano... seu eu não conseguir, vou esperar terminar o meu contrato. Vou fazer cursos e procurar me especializar mais”. (L.S)

“Bem, eu vou fazer primeiro um curso técnico, invés de já a faculdade, porque eu ainda não tô segura de Geologia porque aqui no Brasil é difícil. Daí eu teria que viajar, tal, então eu tô pensando bem... quanto ao curso técnico ainda tô bem em dúvida...” (A.S.P.C)

Percebe-se no conteúdo das entrevistas que, a maioria dos adolescentes tem dúvidas quanto ao que vai fazer quando terminar o Ensino Médio, pois existem fatores que não depende só deles. Quando questionados sobre que faculdade pretendiam fazer, mencionaram universidades e faculdades particulares. Esse dado também pode ser um aspecto de análise, pois a facilidade para ingressar em determinadas faculdades, sua proximidade de casa, a possibilidade de conciliar com o trabalho, o valor de sua mensalidade, são critérios, que para muitos, influenciam e pesam mais do que o desejo por cursar determinado curso. As questões educacionais são, portanto, fatores relevantes na escolha profissional.

9.2.5 O Papel da Aprendizagem Profissional

Os adolescentes pesquisados foram inseridos na Aprendizagem Profissional pelos seus pais, através do encaminhamento da assistência social. Relataram o

incentivo da família, mas afirmaram que o interesse por trabalhar era deles, em primeiro lugar. Consideram a Aprendizagem Profissional a oportunidade de trabalhar jovem, em algo que não exige tanto e de conseguir, mais cedo, ganhar o próprio dinheiro para comprar o que querem e ajudar a família. Ser aprendiz é considerado um privilégio para alguns adolescentes que se sentem à frente de outros jovens em aspectos que valorizam como: ter experiência profissional e independência financeira. Quando perguntados sobre como foi sua inserção no Programa de Aprendizagem Profissional, respondem:

“Foi bom, porque me deu uma oportunidade... acho que abriu uma grande porta para mim”. (J.L.S)

“Eu achei legal, porque a maioria das pessoas não tem oportunidade de trabalhar jovem, só em mercado, em loja...” (D.S)

“Desde pequeno eu já queria trabalhar, ter meu próprio dinheiro, comprar minhas coisas, não ficar dependendo só da minha mãe e do meu pai”. (T.E.N.O)

“Eu queria, já tava na hora de fazer alguma coisa da vida. Minha mãe ganha pouco tem que ajudar em casa”. (M.M.B)

Sarriera e cols. (2001) descrevem o quanto as primeiras experiências laborais constituem o jovem em formação, pois servem como um modelo de referência. A maneira como o adolescente irá se relacionar em oportunidades futuras de trabalho sofre influência das primeiras atividades laborais, em termos de respeito às leis trabalhistas e submissão aos modelos exploratórios vigentes.

Quando questionados sobre facilidades e dificuldades encontradas em conciliar Aprendizagem Profissional, colégio e outros aspectos da vida, os adolescentes, de maneira geral consideram a falta de tempo como a principal dificuldade. Quanto às facilidades apontam:

“Tá mais fácil para escolher o que eu quero fazer. Só estou entre duas, eu estava entre umas dez” (A.S.P.C)

“é a independência, ficar mais independente, mais responsável, ter o seu próprio dinheiro para fazer o que quiser. Você quem lutou por ele, então pode fazer o que quiser. E isso é bom, ter poder nas mãos” (J.A.L.O)

“... a chance de crescer no mercado de trabalho demora um pouco, mas você consegue crescer” (T.E.N.O)

“... eu consigo ter mais paciência com as coisas, tô mais calma, talvez seja por eu ter que lidar com pessoas diferentes.” (L.S)

Verifica-se nas falas dos adolescentes que, cada um à sua maneira, encontra benefícios em estar na Aprendizagem Profissional. A inserção no mundo do trabalho dá ao jovem a possibilidade de obter mais informações profissionais e com isso, incluir no seu rol de opções, profissões que realmente lhe chamam a atenção, bem como descartar aquelas que não se encaixam em seu perfil. Estar atento a isso pode auxiliar o adolescente na escolha profissional.

Para os entrevistados, trabalhar em uma empresa significa conviver com pessoas diferentes, conhecer lugares diferentes, adquirir aprendizado, mudança de comportamento e certo “status”. As pesquisas de Oliveira e Robazzi (2001) corroboram com estas informações. Para as autoras, os jovens associam elementos positivos à concomitância do estudo e do trabalho, entre eles: a maior maturidade do aluno trabalhador, o aprendizado resultante do trabalho e a construção de um futuro que lhes permita ascender em uma carreira profissional, além de representar a possibilidade de superação da sua atual condição de classe.

Ainda com relação aos estudos e trabalho, foi possível perceber que os adolescentes se referem a necessidade de “esforço” e “luta”, para alcançar o que almejam. Quando perguntados sobre que recados deixariam para os jovens do futuro, os adolescentes falam:

“Nem tudo é tão fácil e nem tudo é tão difícil. Tudo tá naquela fase do razoável que se você se esforçar, você consegue...” (J.A.L.O)

“...eu acho que todo mundo deveria fazer um esforcinho, estudar, fazer uma faculdade...porque não adianta. Se você não fizer, você vai sofrer na vida” (T.E.N.O)

“Você vai estar cansado, mas vai ter o seu dinheiro, vai adquirir suas coisas, não precisa ficar dependendo do pai e da mãe. Vale à pena se esforçar um pouquinho.” (D.S)

“saber conciliar é difícil, mas tem como...no fim vale à pena. Depois da tempestade vem a bonança”. (M.M.B)

“Tem que lutar, porque fácil, nada é fácil”. (J.L.S)

Os adolescentes consideram o esforço pessoal um atributo fundamental ao jovem trabalhador. As circunstâncias sociais, econômicas, educacionais e naturais

da própria adolescência podem ser mediadas se houver “esforço”. Para Bock (2002) esse discurso indica que as representações do futuro para os adolescentes são mediadas em geral por uma concepção “liberal” de homem como o único responsável por seu sucesso e cuja meta é obter vantagens individuais em meio a uma realidade social desfavorável.

Sendo assim, a Aprendizagem Profissional faz a função de um rito de passagem para os adolescentes, marcando com suas exigências a transição para a vida adulta. Concomitante a isso, a escola e outros aspectos da vida do jovem vão contribuindo para a formação de sua identidade ocupacional até que uma escolha possa ser feita.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo evidenciar os fatores relacionados à escolha da profissão para adolescentes inseridos no Programa de Aprendizagem Profissional do CEMADE. Para tanto, realizou-se uma pesquisa na forma de entrevistas com oito adolescentes e um estudo teórico sobre os conceitos essenciais para o entendimento do tema, a saber: aprendizagem profissional, adolescência, trabalho e escolha profissional.

Os assuntos mais recorrentes no conteúdo das entrevistas foram agrupados em categorias e posteriormente, analisados. Procurou-se identificar as relações destas categorias com a escolha profissional e os aspectos que poderiam exercer influências para os adolescentes.

Dentre os fatores presentes na escolha profissional, verificou-se a influência: das identificações, do projeto de vida, do fator econômico, do fator educacional e da aprendizagem profissional.

A análise dos dados permitiu identificar, que os adolescentes pesquisados não conseguem ser totalmente livres para escolher suas profissões. Os valores familiares, o contexto social, a escola, a empresa onde trabalham, enfim, o discurso vigente em todas estas esferas é internalizado pelos adolescentes e resulta em uma visão de mundo, difícil de dar espaço ao desejo. Os verdadeiros interesses, gostos e habilidades do indivíduo ficam em segundo plano. Observou-se que os adolescentes tendem a escolher o que pode lhes garantir mais facilmente um “bom emprego”, para depois, caso tenham oportunidade, escolher o que de fato gostariam de fazer. Uma das consequências de se trabalhar em algo que não se gosta é a insatisfação e esta resulta numa série de consequências para o desempenho do profissional e para sua saúde.

Observou-se que a inserção no Programa de Aprendizagem Profissional traz circunstâncias peculiares para a vida do jovem. Conciliar estudos, trabalho e curso profissionalizante acarreta como principal dificuldade, a falta de tempo aos jovens. Essa dificuldade, no entanto, é recompensada pela questão financeira e pela experiência profissional.

Com este estudo foi possível uma reflexão sobre as políticas de educação profissional no Brasil. Pode-se dizer que estas precisam ser repensadas, de modo que, a inclusão no mundo do trabalho seja, para o adolescente, possibilidade de crescimento pessoal e profissional e não de estagnação e subordinação.

A qualificação teórica oferecida pelas entidades formadoras de aprendizes precisa enfatizar além dos conhecimentos técnicos, a reflexão crítica, abrindo espaços para discussão sobre o mundo do trabalho. As empresas, por sua vez, no contrato de um aprendiz precisam oferecer a possibilidade dele conhecer os diversos setores da empresa e de realizar diferentes atividades para que, assim, possa ir descobrindo seus potenciais, seus gostos e seu perfil. Essa postura estaria contribuindo positivamente para a escolha profissional do adolescente, diferente de colocá-lo em trabalhos operacionais, para cumprir a lei, utilizando-o como mão de obra barata.

A Psicologia do Trabalho tem a contribuir com este tema, pois suas atuais reflexões chamam a atenção para a maneira como o modo de produção capitalista vai conduzindo as relações de trabalho, privilegiando poucos em detrimento de muitos. O adolescente aprendiz sofre as consequências disso. Por isso, a importância da formação de profissionais críticos e comprometidos com mudanças sociais, que contribuam com a elaboração de programas de inclusão dos adolescentes que lhes possibilitem condições igualitárias de escolha de seu futuro profissional.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. São Paulo: ArtMed, 1981.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Repensando algumas questões sobre o trabalho infante-juvenil**. Revista Brasileira de Educação. Disponível em <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_09_ALDA_JUDITH_ALVES-MAZZOTTI.pdf> Acessado em 9 abr. 2011.

AMAZZARRAY, Mayte R; THOMÉ, Luciana D; SOUZA, Ana Paula P.; POLETTO, Michele; KOLLER, Sílvia, H. **Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a06v25n3.pdf>> Acessado em 9 abr. 2011.

BRASIL. Decreto n 1.313, de 17 jan. 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da capital federal. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 dez. 1891.

BRASIL. Decreto n 7.566, de 23 set. 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 set. 1909.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.091, de 15 dez. 1942. Dispõe sobre o conceito de aprendiz, para os efeitos da legislação do ensino. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1942. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 9 abr. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei n 5.452, de 01 Mai. 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm> Acesso em: 10 abr. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.622, de 10 jan. 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1946. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>> Acesso em: 10 abr. 2011.

BRASIL. Lei n. 8.069, e 13 jul. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> Acesso em 10 abr. 2011

BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 dez. 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943.

Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm> Acesso em 11 abr. 2011.

BRASIL. Lei n 11.180, de 23 set. 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei n. 5.537, de 21 nov. 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.5.452, de 01 mai. De 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm> Acesso em: 11 abr. 2011.

BRASIL, Lei 5.598, de 01 dez. 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm> Acesso em 11 abr. 2011.

BOCK, A. M. B.. **A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. Em A. M. B. Bock, W. M. J. Aguiar & O. Furtado (Orgs.). *Psicologia sóciohistórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (pp.15-35). São Paulo: Cortez, 2002

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação Vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R.. **Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 2003, 119-129.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ERIKSON, Erik. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREUD, Sigmund (1921). **Psicologia de Grupo e Análise do Ego**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud . Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVIII.

_____ (1930). **Mal estar na civilização**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006 a. v. XXI.

_____ (1930). **O futuro de uma ilusão**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006 b. v. XXI.

FONSECA, João César de Freitas. **Adolescência e trabalho**. São Paulo: Summus, 2003.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

GUIMARÃES, Rosemeire Maria; ROMANELLI, Geraldo. **A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG.** Psicologia em estudo. Maringá, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a14.pdf>> Acessado em 09/04/11

KUENZER, Acácia Zeneida. **A educação profissional dos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006

LEPRE, Rita Melissa. **Adolescência e construção da identidade.** Disponível em <<http://www.slowmind.net/adolescenza/lepre1.pdf>> Acessado em 09/04/11

LEVENFUS, Rosane Schotgues e cols. **Psicodinâmica da escolha profissional.** São Paulo: ArtMed, 2004.

LIMA, Silvana Mendes; MINAYO-GOMEZ, Carlos. **Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais.** História, ciências e saúde. Manguinhos, 2003.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. **Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MAAS, Maurício Alexandre. **O sentido do trabalho para executivos de empresas capitalistas de grande porte.** Monografia (Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

OLIVEIRA, Beatriz R. G; ROBAZZI, Maria Lúcia do C.C. **O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. Ribeirão Preto, 2001.

RUIZ, Fernando Martinson. **Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa: complementaridade cada vez mais enriquecedora.** Adm. de Emp. em Revista, Curitiba, n. 3, p. 37-47, 2004. Disponível em <http://www.unicuritiba.edu.br/webmkt/pesquisa/pesquisa_arquivos/publicacoes/adm/artigo%20fernando.pdf> Acesso em 20 de set. 2011.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira. **Políticas para a capacitação profissional de jovens: estudos sobre as relações entre as atividades teóricas e práticas em um programa de aprendizagem.** Dissertação (Mestrado em Educação) . Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SARRIERA, Jorge Castellá; SILVA, Marli Appel; KABBAS, Cristina Pigatto; LOPES, Vanessa Beckencamp. **Formação da identidade ocupacional em adolescentes.** Estudos de Psicologia. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n1/5330.pdf>> Acessado em 10 abr. 2011.

SOARES, Dulce Helena Penha. **O jovem e a escolha profissional.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

_____. **O que é escolha profissional.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SOARES-LUCHIARI, Dulce Helena Penna. **Pensando e vivendo a orientação profissional.** São Paulo, Summus, 1993.

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ADOLESCENTE E SEU CONTEXTO SOCIAL

Qual é seu nome?

Quantos anos você tem?

Onde você nasceu?

Onde mora atualmente? Gostaria de morar em outro lugar? Por quê?

Com quem você mora?

FAMÍLIA

O que fazem as pessoas da sua família?

Se pudessem escolher outra profissão o que fariam?

O que sua família fala sobre os “estudos”?

O que sua família fala sobre o “trabalho”?

APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Como foi sua inserção no Programa de Aprendizagem Profissional?

Como é para você trabalhar em uma empresa?

O que você acha das atividades que realiza na empresa?

Como são os profissionais com quem trabalha?

O que acha do curso profissionalizante do CEMADE?

O que pretende fazer quando terminar seu contrato de Aprendizagem? Por quê?

Como é conciliar Aprendizagem Profissional e Colégio?

ESTUDOS

Em que ano do colégio você está?

Como foi sua relação com os estudos até hoje? Já reprovou? O que aconteceu?

Como foram seus professores? Algum lhe marcou? Como ele(a) era?

Que matéria você mais gosta? Por quê? Imagina trabalhar com algo nesta área?

O que pretende fazer quando terminar seus estudos? Por quê?

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE OCUPACIONAL

Como imagina sua vida no futuro? O que gostaria de ser e de fazer?

Você pensa em fazer faculdade? Qual? Aonde?

Já pensou em alguma profissão? Se sim, qual? Se não, por quê?

Quais as facilidades e dificuldades que você encontra nesse momento da vida com relação ao trabalho, ao estudo e aos outros aspectos da vida?

Que recado você deixaria para os jovens do futuro com relação aos estudos e ao trabalho?

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós graduação em Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Paraná. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da Profª Msc. Elaine Cristina Schmitt Ragnini, cujo objetivo é o estudo do tema “A escolha da profissão para adolescentes já inseridos no mundo do trabalho através do programa de aprendizagem profissional do CEMADE”.

Sua participação envolve responder as perguntas de uma entrevista que será gravada, se assim você permitir e que terá duração aproximada de uma hora.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente,

Daniele Cristina Brock
daniele.brock@gmail.com
8829-6369

Local e data

Profª Msc. Elaine Cristina Schmitt Ragnini
elaineschmitt@hotmail.com

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data